

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL: PROPOSTA PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Alessandro André Leme¹
Antonio Brasil Junior²

Dadas a descontinuidade do social e a multiplicidade de posições [...], não só o sistema social pode ser representado [...] de diversas maneiras, como a cada perspectiva [...] é inerente certos problemas básicos. Impõe-se [...] que [se] tome consciência dessa peculiaridade (que não é um “ponto fraco” da sociologia; ao contrário, constitui um índice de sua pujança na rotação de um mesmo objeto), para que não [se] caia em perplexidades funestas e [se] adquira suficiente descortino para enfrentar as tarefas intelectuais do sociólogo.

Florestan Fernandes, *Elementos de sociologia teórica*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974, 2ª ed., p. 99.

Resumo

Neste artigo, trazemos reflexões iniciais sobre a possibilidade de construir uma agenda de pesquisa que conecte as áreas da “sociologia do desenvolvimento” e do “pensamento social”. A partir de seus problemas próprios de pesquisa, os dois campos vêm revisitando de modo significativo o debate intelectual sobre o desenvolvimento dos anos 1950-70, vendo-o tanto como um meio de ganhar perspectiva histórica sobre os impasses do presente quanto como um repertório intelectual capaz de interpelação teórica hoje. Neste sentido, propomos aqui alguns caminhos para o estabelecimento de uma espécie de *comunicação* entre os avanços obtidos nas pesquisas destas duas áreas, apostando que isto trará novos desafios interpretativos para os seus praticantes.

Palavras-chave: desenvolvimento, interpretações do Brasil, sociologia do desenvolvimento, pensamento social.

Abstract: This article raises initial reflections on the possibility of building a research agenda that connects the areas of "sociology of development" and "social thought". From his own research problems, the two fields have significantly revisiting the intellectual debate on the development of the years 1950-70, seeing it both as a means to gain historical perspective on impasses of this as an intellectual repertoire capable of theoretical questioning today. In this sense, we propose some ways to establish some sort of communication between the advances made in the research of these two areas, betting that this will bring new interpretive challenges to its practitioners.

Key-words: development, interpretations of Brazil, sociology of development, social thought.

¹ Doutor em Ciência Política e professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Doutor em Sociologia e professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais (GSO) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

É inegável que, com o aprofundamento da especialização nas ciências sociais nas últimas décadas, a compreensão da sociedade brasileira, em suas diferentes dimensões, avançou enormemente. Pesquisas especializadas sobre os mais variados temas, como reestruturação produtiva, desenvolvimento local e regional, formas de socialização e conformação de identidades sociais, padrões de estratificação, relações raciais e de gênero, produção de bens culturais e simbólicos etc. vêm trazendo uma imagem complexa e multifacetada da vida social contemporânea. No entanto, a apreensão dos sentidos mais gerais das transformações sociais recentes, isto é, uma análise do movimento do “social” em seu conjunto, às vezes parece nublada diante da fragmentação cognitiva implicada nesta especialização. Como avançar na contramão desse processo, se a divisão das ciências sociais em subdisciplinas não é exatamente uma questão de preferência, mas um diagnóstico do estado atual de produção de conhecimento nas universidades? É possível propor uma agenda comum, ou pelo menos *comunicável e compartilhável*, entre os diferentes campos especializados?

Neste artigo, trazemos reflexões iniciais sobre a possibilidade de construir uma agenda de pesquisa que conecte as áreas da “sociologia do desenvolvimento”³ e do “pensamento social”⁴. A partir de seus problemas próprios de pesquisa, os dois campos vêm revisitando de modo significativo o debate intelectual sobre o desenvolvimento dos anos 1950-70, vendo-o tanto como um meio de ganhar perspectiva histórica sobre os impasses do presente quanto como um repertório intelectual capaz de interpelação teórica hoje. Neste sentido, propomos aqui alguns caminhos para o estabelecimento de uma espécie de *comunicação* entre os avanços obtidos nas pesquisas destas duas áreas, apostando que isto trará novos desafios interpretativos para os seus praticantes.

Nossa reflexão está organizada em cinco partes. Nas duas primeiras, trazemos uma brevíssima cartografia intelectual do tema do desenvolvimento, situando as inovações trazidas tanto pelas ciências sociais em geral, em relação à economia, quanto pelo debate brasileiro e latino-americano em particular. Nas duas seguintes, procuramos

³ Alguns balanços podemos encontrar em: Ivo, 2014; Cepeda, 2012; Boschi, 2011; Bresser, 2014; Garcia Jr., 2004; Sallum Jr., 2011; Ramalho, Santos e Lima, 2013; Fishlow, 2004; Martins, 2011; Velasco e Cruz, 2007; Diniz, 2007; Leopoldi, 2000; Magalhães, 2012; Lima, 2008. O Ipea tem produzido relevantes textos na temática, a saber, a série de 10 livros do Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro – lançados em 2009 e 2010, e o Livro Presente e Futuro de Desenvolvimento Brasileiro, 2014.

⁴ Alguns balanços podemos encontrar em: Miceli, 1999; Oliveira, 1999; Bastos 2002 e 2003; Brandão, 2007; Ricupero, 2007; Bastos e Botelho, 2010. Também vale a pena ver o recente número da revista Sociedade e Estado (vol. 26, nº 2, maio/ago. 2011). Para uma perspectiva mais ampla a respeito da história das ciências sociais no Brasil, cf. os dois volumes organizados por Sergio Miceli (1995; 2002).

mostrar como o tema do desenvolvimento no Brasil levou, em seus momentos mais agudos, a uma espécie de momento “reflexivo” – alguns autores situaram suas próprias análises no interior de um conjunto mais amplo de interpretações do Brasil, como exemplificamos com o caso de Luiz Carlos Bresser-Pereira. Fechando o artigo, clarificamos o sentido de uma agenda de pesquisa que articule os campos da “sociologia do desenvolvimento” e do “pensamento social”.

Brevíssima cartografia intelectual do tema do desenvolvimento

O tema do desenvolvimento – ou, mais especificamente, do desenvolvimento econômico, concebido como a discussão da formação histórica do capitalismo, da industrialização, das políticas macroeconômicas, enfim, dos processos de acumulação – pode e merece ser tratado por diferentes ramos do conhecimento. Enquanto fenômeno complexo, que abrange dimensões psicológicas, econômicas, sociais e culturais, o desenvolvimento tem o potencial de conectar, em sua análise, diferentes visões e perspectivas disciplinares, como a economia, a sociologia, a ciência política, a antropologia etc. No entanto, tanto em termos históricos quanto do ponto de vista das relações de poder, é a economia a disciplina que vem pautando o principal do debate associado ao desenvolvimento, a despeito da força e do prestígio que a sociologia do desenvolvimento chegou a apresentar nos anos 1950-70, especialmente na América Latina e em outros contextos periféricos.

Nos balanços históricos do tema do desenvolvimento, é comum o entendimento, ainda que sujeito a críticas, de que o artigo “Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe”, de Paul Rosenstein-Rodan (1943), seja um dos textos fundadores da moderna teoria do desenvolvimento. Desde então, as perspectivas teóricas associadas à análise do desenvolvimento – e de seus impasses e dilemas – têm sido variadas, constituindo um amplo campo de disputas não só intelectuais mas também políticas. Longe de uma análise exaustiva, procura-se aqui brevemente algumas das principais referências deste debate.

John Martinussen (1997) no livro *Society, State e Market: a guide to competing theories of development*, ao problematizar o debate acerca do desenvolvimento, procura divisar o espaço teórico e analítico que este termo alcança quando se olha para a história da sociedade, do Estado e do mercado e das condições de consenso e conflitos entre classes e frações de classes, por exemplo. Nesse sentido não tem como abordar o

problema sem condicioná-lo ou, no mínimo, vinculá-lo às constantes e profundas transformações na geopolítica mundial, principalmente no pós-segunda guerra mundial.

Richard Swedberg (2003) no livro *Principles of economic sociology*, ao reconstruir o campo das investigações voltadas para o problema do capitalismo – mais precisamente, para o problema econômico a partir do tratamento sociológico –, visa a dar status analítico à subárea do conhecimento da sociologia econômica. O autor propõe que as pesquisas neste campo sejam capazes de integrar na análise não só a conformação sócio-histórica do mercado, mas também as organizações, as leis, a política e a cultura, enfim, um conjunto de dimensões analítico-conceituais que permita ampliar o debate das relações entre Estado e mercado.

Muitos outros autores, de diferentes matrizes teóricas, vão voltar seus esforços para o entendimento do capitalismo e nele a questão do desenvolvimento no processo histórico é variável central. Noutras palavras, o recurso à histórica como dimensão explicativa não seria residual, mas conformaria um dos principais eixos da análise do desenvolvimento. Aqui, podemos citar as contribuições de Nurkse (1961), Myrdal (1956), Lewis (1956) e Boyer (2004), mas também as de Furtado (1978, 2008 e 2009), Bielschowsky (2000) e Rodríguez (2009).

Amartya Sen (2000), por sua vez, vincula o desenvolvimento às liberdades humanas e, com isso, a análise do desenvolvimento, do mercado, mas também do Estado, das múltiplas instituições sociais e das próprias práticas individuais acabam fazendo parte do mesmo esforço analítico. Nesta abordagem multidimensional, o imbricamento entre mercado, Estado, sociedade civil e cultura possibilitaria a análise das condições de realização do “desenvolvimento enquanto processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas”, segundo seus próprios termos.

Por outro lado, Huntington (1996), Harrison (1985, 1997), Porter (1990), dentre outros autores, vincularão diretamente as estratégias para o desenvolvimento à análise de padrões culturais (crenças, costumes, valores e atitudes individuais), vistos como catalisadores ou inibidores dos processos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Estes autores realizaram estudos qualitativos e quantitativos, bem como introduziram elementos de política comparada, a fim de explicar por que, por exemplo, um determinado país construiu uma trajetória em prol do desenvolvimento ao passo que outros permaneceram subdesenvolvidos. Huntington e Harrison (2000) evidenciam a força das dimensões culturais ao analisarem as estratégias de desenvolvimento adotadas em Gana e na Coreia do Sul. Apesar da semelhança de

suas condições econômicas na década de 1960, nos anos 1990 a Coreia do Sul alcançaria índices muito superiores aos do país africano – e, para tal, certos valores culturais teriam sido decisivos. Cabe lembrar, contudo, que esta relação entre cultura e economia já se encontra em Weber, em sua teorização clássica sobre as afinidades eletivas entre um *ethos* protestante, caracterizador de condutas e práticas sociais, e uma linha de ação específica na esfera econômica.

Rodrik (1999a; 1999b e 2002) assinala que o desenvolvimento econômico não pode se limitar às práticas do livre mercado, como se a economia pudesse ser conduzida pela “mão invisível” de Smith, ou mesmo pela ideia do equilíbrio geral de Walras. É necessário que os mercados sejam apoiados por sólidas instituições públicas. Por outro lado, o autor afirma que a principal variável para as estratégias para o desenvolvimento passa pela construção de alianças, consensos e conflitos presentes internamente aos países nas suas respectivas tomadas de decisões frente as pressões do mercado internacional. Ou seja, valoriza as instituições e as estratégias internas em detrimento das externas – isto é, cada país deve construir seu desenvolvimento mediante as instituições e atores/classes que o compõem e não por simples importação de modelos.

Ainda em sintonia com certa valorização das instituições para a promoção do desenvolvimento, Chang (1999 e 2002) observa, a partir do que denomina “economia política institucionalista”, que o desenvolvimento econômico dos países não deve ser visto somente a partir do mercado e das formas de concorrência no mercado internacional. É preciso ver como os Estados vão atuar e, por meio de quais instituições, podem tanto regular, como também favorecer o desenvolvimento econômico e social, seja no plano interno ou externo. Ou seja, Estado e mercado agem intermediados por instituições econômicas no sentido de evitar tanto as falhas de mercado como as falhas de governo.

Por outro lado, Amsden (2009), ao discutir sobre as estratégias para o desenvolvimento no final do século XX (dos países que ainda não havia conseguido se apresentar como desenvolvidos), evidencia – na contramão do discurso hegemônico de retorno do fortalecimento do mercado e diminuição do papel intervencionista e/ou planejador do Estado –, que o Estado é parte da solução e não do problema para o conjunto de países que ainda se encontram em desenvolvimento (subdesenvolvidos). Dito de outro modo, o Estado aparece como componente necessário ao desenvolvimento econômico (e social) dos países que ainda não se caracterizam como desenvolvidos. Muito outros autores e abordagens em sentido similar foram elaboradas

para se discutir o problema do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, da industrialização e da modernização levando em conta as inúmeras transformações ocorridas no final do século XX.

O final do século XX caracterizou-se por grandes transformações em esfera global, dentre as quais a globalização e o neoliberalismo adquirem relevância teórica entre pesquisadores, cientistas e intelectuais dos mais diversos campos do saber – e, em termos práticos, na orientação macroeconômica, adotada integralmente ou, em parte, por diversos países no mundo, especialmente pelos países em desenvolvimento (entre eles os da América latina). Associadas a estas transformações, há igualmente mudanças na forma de apreender, implantar e conduzir a política econômica (em seus aspectos micro e macroeconômicos). Neste sentido, as estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos Estados, principalmente no segundo pós-guerra, passam a ser desacreditadas e sofrem grandes críticas decorrentes, em parte, pelos efeitos engendrados pela crise político-econômica do final da década de 1970.

O processo político das reformas econômicas na América Latina foi marcado por dois grandes fatores hegemônicos, a saber: a racionalização e a redução do papel do Estado na economia e a redefinição das relações entre as economias nacionais e o mercado internacional (nova estratégia de integração na economia mundial globalizada). O padrão de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado, em praticamente toda América Latina até meados da década de 1970, começa a ser substituído por um novo padrão de desenvolvimento centrado no investimento privado (nacional e internacional), na abertura externa e na valorização do mercado como meio mais adequado ao mundo globalizado. As reformas orientadas para o mercado adentram no final do século XX como parte importante da agenda pública (política e econômica) dos governos, conformando igualmente grande parte dos novos desafios teóricos e empíricos na análise do desenvolvimento na contemporaneidade.

O desafio brasileiro (e latino-americano): inovações no debate sobre o desenvolvimento

A apropriação do debate do desenvolvimento pelas ciências sociais no Brasil e na América Latina só faz sentido quando analisada a partir das condições históricas próprias da periferia latino-americana. Além disso, do ponto de vista metodológico, ainda que as ciências sociais mantenham sua autonomia em relação às demais ciências

humanas, o debate e a interface com a economia se faz necessário, tendo em vista a proeminência já assinalada do debate econômico neste campo.

No caso brasileiro em particular, a sociologia e a ciência política apresentaram um protagonismo expressivo nas discussões sobre a temática nos anos 1950, 1960 e início dos 1970. Porém, a partir de meados da década de 70, a economia volta a assumir a dianteira das discussões. É bem verdade que, com as crises do *Welfare State* na Europa e com as crises fiscais nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir da crise do petróleo (primeira e segunda), o tema perde um pouco de espaço nos estudos e investigações acadêmicas.

No debate com as análises econômicas, as ciências sociais vão estabelecer um viés analítico e crítico sobre a questão do desenvolvimento – e o mesmo acontecerá, noutro registro, com as chamadas teorias da modernização. Como já havia afirmado Schumpeter, em *History of Economic Analysis* (1994 [1954]), é preciso distinguir entre uma análise centrada na *history of economic analysis* e outro centrado na *history of systems of political economy*. O debate acerca do desenvolvimento foi objeto de investigação deste segundo tipo de análise, aproximando com isto a perspectiva econômica das demais áreas de conhecimento das ciências humanas em geral (sociologia e ciência política, por exemplo), ou seja, o tema do desenvolvimento requer, para além de pensar os problemas de micro e macroeconomia, reflexões acerca do Estado, das instituições e dos atores sociais envolvidos.

Apenas para ilustrar essa problemática, evidencia-se o caso da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), célebre instituição voltada para os problemas latino-americanos e que reuniu pesquisadores da economia, sociologia, ciência política e história. Segundo Bielschowsky (1998), o problema do desenvolvimento brasileiro e latino-americano é visto na CEPAL não só a partir do enfoque histórico-estrutural – marcado pelo binômio centro-periferia –, mas também pelas análises da inserção internacional, dos condicionantes estruturais internos e das necessidades e possibilidades de ação estatal⁵.

⁵ O trabalho de Rodríguez (2009) resgata esse debate na América Latina por meio da influência do “olhar” cepalino, ou seja, estruturalista – valorização dos antecedentes históricos, das conjunturas, das estruturas e da ação na análise social –, para pensar o desenvolvimento econômico, social e político da região. Por outro lado, uma revisão e um debate crítico acerca das mudanças de estratégias dentro dessa mesma abordagem estruturalista se fazem necessários a fim de compreender as transformações contemporâneas, principalmente aquelas que tiveram curso a partir do final da década de 1970 (com forte influência das políticas neoliberais e da globalização financeira).

Observando este processo histórico, pode-se evidenciar que as relações entre o tema do desenvolvimento e as pesquisas das ciências sociais se iniciam em meados da década de 1940, aprofundando-se principalmente na década de 1950 com o problema da industrialização. De maneira esquemática, vê-se que estas relações vão ganhando uma série de inflexões nas décadas seguintes. Na década de 1960, o problema passa a ser o das reformas necessárias à continuidade da industrialização para rupturas dos “estrangulamentos” presentes na economia e na sociedade como um todo. Já nos anos 1970, reorienta-se a questão para o problema da industrialização pró-exportadora. Por fim, na década de 80, ganha força o problema do endividamento externo e de quais os ajustes necessários para o crescimento, preparando o terreno para a forte entrada do ideário neoliberal na década seguinte.

Todo esse processo é marcado também pela investida sociológica contra o reducionismo do problema como uma questão exclusivamente econômica – ou seja, não se pode tratar o desenvolvimento como mero sinônimo de crescimento econômico. As análises estruturais de influência cepalina serão criticadas por darem pouco peso às condições internas, mais precisamente à peculiaridade das estruturas de classes endógenas dos países latino-americanos. O problema central é o político e, no limite, a estreita e indissociável relação entre a dimensão política e a econômica é central para explicar e compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Neste sentido, o debate sobre o desenvolvimento, ou sobre quais estratégias serão adotadas para atingir o tão propalado desenvolvimento, passa necessariamente pela questão das estratégias econômicas, tendo em vista tanto os fatores endógenos quanto os exógenos (em termos de atores, classes e instituições). Assim como também passa pelas possibilidades e limites de integração do país em um mundo globalizado.

Muitos autores, ainda que por diferentes fundamentações, propuseram uma análise mais ampla e complexa do desenvolvimento, concebendo-o como a transição de um modelo primário-exportador para um tipo de sociedade urbano-industrial. Transição que, cabe ressaltar, longe de se referir apenas a dimensões econômicas, trazia consigo toda uma nova configuração econômica, social, política e cultural. Afinal, ela incidia diretamente não só sobre a forma de organização e reprodução do capital no tempo e no espaço, como também redefinia as formas e os estilos de vida, afetando a reprodução social dos indivíduos, dos grupos ou classes sociais.

Dos autores inseridos nesse debate, podemos citar, dentre outros, Fernandes (1981), Ianni (1986), Oliveira (1988), Tavares (1983) e Cardoso (1971 e 1993), que

problematizaram a transição do modelo primário-exportador para o urbano-industrial enfatizando tanto dimensões sócio-políticas quanto econômicas do desenvolvimento. Nesta chave, o tipo de relação entre Estado e sociedade, bem como as formas de condução da política econômica (*hacia dentro* ou *hacia fuera*, em termos cepalinos), expressariam o padrão de desenvolvimento mais amplo adotado na sociedade brasileira.

Enfim, são muitas as abordagens que, na discussão sobre as estratégias para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos – ou, noutra registro, emergentes ou em desenvolvimento –, evidenciaram a necessidade de se conceber o desenvolvimento econômico e social como cronicamente associado às estratégias de atores, grupos e classes sociais. Em que pese a diversidade teórica e metodológica das posições que marcam este debate, acabou-se por entender que é fundamental analisar os processos sociais conflitivos mais amplos que contribuem para que certas estratégias para o desenvolvimento se tornem hegemônicas em dado período histórico.

Desenvolvimento e interpretações do Brasil: o esquema de Bresser-Pereira

Como visto até aqui, o debate brasileiro (e latino-americano) levou a análise do desenvolvimento para além das dimensões estritamente econômicas. As especificidades da condição periférica forçavam, de diferentes modos em cada autor, no sentido da incorporação das dimensões sociais, políticas e culturais como parâmetros explicativos do padrão de desenvolvimento. Assim, a análise do desenvolvimento terminaria por conduzir a certa visão de “totalidade” dos processos sociais, muitas vezes extrapolando inclusive a compartimentação disciplinar. Economistas, sociólogos, cientistas políticos, ao se depararem com o desafio de pensar o tema do desenvolvimento, acabaram se aproximando, na construção de seus esquemas analíticos, de certos modos recorrentes de se pensar a sociedade brasileira.

Bresser-Pereira tomou para si este problema e elaborou um modelo analítico e interpretativo das diferentes chaves de interpretação do Brasil. Com isto, ele queria realçar que as discussões aparentemente especializadas sobre os padrões ou estratégias de desenvolvimento repisavam, muitas vezes, um conjunto de matrizes interpretativas mais amplas, que procurou identificar. Assim, Bresser-Pereira trouxe uma maior reflexividade no debate sobre o desenvolvimento, mostrando que o estava em jogo, no fundo, era um embate entre diferentes projetos políticos para o Brasil, cada qual produzindo um repertório conceitual e narrativo próprio. Tendo em vista que esta

conexão é nossa principal preocupação neste texto, vale a pena reconstruir as linhas gerais do esquema proposto por Bresser-Pereira em “Seis interpretações sobre o Brasil” (1982).

Em sua reconstrução, o autor identifica pelo menos seis interpretações do Brasil. Essas interpretações se diferenciariam de acordo com os conflitos ou composições de classes e frações de classes na sociedade brasileira. Embora sua análise remonte ao período do Império, Bresser-Pereira se concentra no debate forjado a partir da década de 1930 do século XX, quando o tema do desenvolvimento alcança maior densidade intelectual e política. Para ele, diferentes interpretações vão emergindo ao longo dos diferentes momentos históricos, na medida em que cada período coloca em jogo um cenário distinto de correlações de forças entre os vários atores políticos.

Num primeiro momento, sua análise volta-se para a divisão da “burguesia mercantil” entre os setores exportadores e os setores de substituição de importações, nos quais a burguesia se reproduziria por meio do comando das massas de capital ou como rentista (juros e aluguéis). Todavia, tratando-se de análise de classes sociais, seria preciso identificar também os *atores* e os *não atores*, ou seja, quem compõe e tem alguma força social, política e econômica e aqueles que, ainda que portadores de forças sociais e políticas, apresentariam pouca relevância para os processos de transformação (pelo menos neste primeiro momento). Os *atores* podem ser identificados pela presença na formação das classes, a saber: (a) burguesia mercantil especulativa, (b) pequena burguesia industrial e (c) classes médias urbanas (tecnoburocracia civil e militar). E os *não atores* podem ser identificados neste primeiro momento como os subalternos e marginalizados dos processos sociais, a saber: (a) trabalhadores rurais; b) trabalhadores marginais urbanos.

É a partir desta primeira aproximação que Bresser-Pereira elabora sua construção analítica e intelectual do Brasil em seis possíveis constructos, tal como segue:

- (a) Interpretação da vocação agrária;
- (b) Interpretação nacional-burguesa;
- (c) Interpretação autoritário-modernizante;
- (d) Interpretação funcional capitalista;
- (e) Interpretação da superexploração imperialista;
- (f) Interpretação da nova dependência.

Bresser-Pereira inicia sua análise observando que haveria uma contraposição entre a “interpretação da vocação agrária” e a “interpretação nacional-burguesa”, vertentes que disputariam a adesão dos intelectuais nos primeiros embates em torno do padrão de desenvolvimento a ser perseguido na sociedade brasileira.

Os autores que de forma direta ou indiretamente produziram teorias, interpretações e/ou modelos explicativos centrados na “interpretação da vocação agrária” acabariam concordando com a tese da hegemonia da burguesia agrário-mercantil, em um país essencialmente agrário e marcado pelas riquezas naturais. Do ponto de vista da cultura, o Brasil seria cordial, tropical e mestiço, traços que denotavam condições ou marcas de inferioridade no plano internacional – daí valorizarem a inserção internacional do país pela chamada vocação agrária, responsável, de alguma forma, por vantagens comparativas no plano econômico externo. Os intérpretes da tese da “vocação agrária” compreendiam que, no plano econômico, o Brasil não seria subdesenvolvido, mas sim um país rico e cheio de futuro, justamente por sua vocação agrícola. Já no plano político, o país era encarado como uma democracia presidencialista de influência norte-americana, ainda que na prática fosse um regime oligárquico. No plano social, por fim, o Brasil apresentava uma sociedade sem conflitos sociais ou raciais, embora se utilizasse da repressão para redução dos conflitos. Alguns de seus autores seriam: Oliveira Vianna, Paulo Prado, Eugênio Gudin, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Silvio Romero, entre outros.

Os autores centrados na “interpretação nacional-burguesa”, por sua vez, estão mais preocupados com os processos de mudança ou transição (político-econômica) que o país começa a experimentar a partir da década de 30 do século XX. Nesta vertente explicativa, as interpretações do Partido Comunista sobre a revolução brasileira; as interpretações e proposições do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB; a influência das interpretações de influência da CEPAL e principalmente a crítica às abordagens centradas na “vocação agrária” orientarão esses autores na formulação de um projeto nacional industrializante e voltado para a autonomia nacional. Essas interpretações, em sua maioria, dividem a sociedade brasileira em dois grandes blocos estruturais. De um lado, estariam as “oligarquias agrário-mercantis” dominantes e aliadas ao imperialismo; de outro lado, a luta pela industrialização brasileira, centrada na moderna estrutura de classes emergente, tendo na “burguesia industrial”, nas “classes médias tecnoburocráticas” e nos “trabalhadores urbanos” seus principais atores e agentes transformadores.

Assim, a contraposição entre a “interpretação da vocação agrária” e a “interpretação nacional-burguesa” poderia ser resumida no seguinte esquema: a primeira seria tradicional, agriculturista, de ideologia colonial e acima de tudo, anti-industrializante; a segunda marcaria a lógica industrializante, moderna e socialmente progressiva. Sobre a segunda, ainda é possível destacar mais dois pontos: de um lado, o papel assumido pela “tecnoburocracia” no Estado, no sentido de formular políticas econômicas; e de outro, a imposição de uma aliança entre burguesia, proletariado e a tecnoburocracia estatal tendo em vista as necessidades do planejamento e da industrialização por substituição de importações.

A crise política da década de 1960 mudaria o cenário do debate intelectual sobre o Brasil. Para Bresser-Pereira, o golpe de 1964 acabaria funcionando num duplo movimento, arquivando primeiro a “interpretação nacional-burguesa” como ideário de transformação do país e inaugurando, no mesmo passo, a “interpretação autoritário-modernizante”. Para os autores desta última vertente interpretativa, fazia-se necessário implementar a unificação da burguesia industrial e mercantil através do aprofundamento da associação da economia brasileira ao imperialismo multinacional. Os aspectos centrais da análise concentrar-se-iam no desenvolvimento econômico e na questão da segurança nacional. Neste registro, os projetos modernizantes do país sempre estavam ou deveriam estar vinculados a estes dois aspectos, vistos como centrais para a modernização brasileira. Para tal, a promoção de alianças políticas entre a burguesia local, a tecnoburocracia estatal e as empresas multinacionais acaba sendo a principal estratégia para o desenvolvimento nacional.

Ainda para esta vertente, o capital monopolista (industrial e mercantil) deveria adquirir hegemonia em detrimento do capital competitivo. O planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia (regulador e produtor de bens e serviços) passam a ser centrais. Há uma retirada das estratégias do Estado no sentido da aliança ou do compromisso de classes, tal qual o presente no discurso nacionalista e “populista” do período anterior – agora os trabalhadores estão excluídos do pacto. Por fim, a dependência econômica em relação às empresas multinacionais deveria ditar o ritmo das escolhas, do planejamento e das estratégias modernizantes. A Escola Superior de Guerra e alguns economistas, como Roberto Campos, expressariam esta vertente de análise.

Para a “interpretação funcional-capitalista”, o Brasil sempre foi capitalista ou “funcional” para a acumulação capitalista mundial, mesmo nos tempos coloniais. Nesse sentido, a reinterpretação do Brasil passa ser feita a partir da crítica da “interpretação

nacional-burguesa” e, conseqüentemente, da crítica da aliança entre o proletariado e a burguesia no Brasil. Aqui, Bresser-Pereira destaca os trabalhos de Caio Prado Jr., Fernando Novaes, João Manoel Cardoso de Mello, Luciano Martins, entre outros.

Por sua vez, a “interpretação da superexploração imperialista” visava a ampliar a interpretação do Brasil para a América Latina, ou seja, a célula de análise ou o objeto a ser investigado e transformado é a área territorial que compreende toda a América Latina, e não apenas países isolados. Nesta abordagem, o imperialismo aparecia como o grande fator explicativo do subdesenvolvimento, ou seja, a influência leninista, na caracterização do movimento da ação imperialista, e a trotskista, na ideia da perda da dinâmica do capitalismo central – vinculada à ideia de desenvolvimento desigual e combinado –, são os principais aportes teórico-conceituais dessa interpretação. Outro argumento contido nestas análises era a de que a burguesia não se apresentava dividida entre industrial e mercantil, mas sim como burguesia unida e subordinada ao imperialismo. Seus principais representantes são: Andrew Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, para nos atermos aos principais.

Já a “interpretação da nova dependência” criticará as teorias modernizadoras e de etapas do desenvolvimento (Rostow, por exemplo), assim como também a teoria da superexploração imperialista. Essa interpretação apresentava influência marxista, porém dialogava igualmente com outras abordagens analíticas e visava às seguintes questões, a saber:

- (a) Problematização do nacional e do internacional na reprodução social, política e econômica do Brasil;
- (b) A análise da dependência consistia em evidenciar os determinantes externos (imperialistas) relacionados aos determinantes internos (estrutura de classes);
- (c) A dependência desenvolvimentista era excludente por lógica de reprodução do sistema capitalista mundial;
- (d) Haveria uma associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com a tecnoburocracia estatal (civil e militar);
- (e) O desenvolvimento dependente estava vinculado às assimetrias de poder e de capital internacionalmente.

Para os autores centrados na “interpretação da nova dependência”, as respostas às assimetrias de poder no plano da divisão internacional do trabalho não residiriam, de modo isolado, na questão da industrialização, ou mesmo em qualquer outra ordem de explicação estritamente econômica. A questão central estaria na política, ancorada nas

relações sociais entre as classes – tanto no plano interno como nos pactos interno-externos entre classes –, e não só na economia. Com isto, há uma rotação na ótica de compreensão do problema, que passa do econômico para o âmbito político.

Nesta abordagem, a despeito de suas inúmeras e expressivas diferenças, poderiam ser encontrados os seguintes autores, dentre outros: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro e o próprio Luiz Carlos Bresser-Pereira⁶, Celso Furtado e outros autores, com vínculos diretos ou indiretos com o debate cepalino, vão se inserir, num primeiro momento, na “interpretação nacional-burguesa”. Porém, a partir da década de 60, passarão a compor o seletivo conjunto de autores da “interpretação da nova dependência”, entre eles Antônio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Luciano Coutinho, Guido Mantega, Carlos Lessa, Simon Schwartzman, Ignácio Rangel, Octavio Guilherme Velho, Carlos Estevam Martins e Wanderley Guilherme dos Santos, para ficarmos em alguns dos principais nomes. Outros autores, como por exemplo, Eli Diniz e Renato Raul Boschi, teorizarão a partir da nova dependência, todavia colocando ênfase no caráter autoritário dos empresários brasileiros.

O próprio Bresser-Pereira acabaria por atualizar seu esquema analítico das interpretações do Brasil, a fim de contemplar as mudanças da sociedade brasileira desde o fim do regime militar. Como se pode depreender do texto que escreveu para o livro organizado por Maria Rita Loureiro, *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*, publicado pela Editora Vozes em 1997, haveria pelo menos mais três vertentes explicativas fundamentais. Enquanto que a “interpretação da nova dependência” contemplaria o período histórico entre final dos anos 1960 e parte expressiva dos anos 1970, as outras três interpretações elaboradas por Bresser-Pereira partiriam do reconhecimento de um conjunto de transformações trazidas pela chamada transição democrática brasileira, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Associado a isto, também se reconheceu o impacto das crises no âmbito internacional – e suas ressonâncias na condução econômica no nível local –, bem como as consequências da hiperinflação da década de 1980. Assim, diante dos desafios deste novo contexto, teriam surgido três respostas diferentes: a “interpretação social-desenvolvimentista”, a “interpretação neoliberal” e a “interpretação social-liberal”. A primeira poderia ser

⁶ O Bresser Pereira ao se posicionar na abordagem da Nova dependência, acaba por resgatar a influência da CEPAL e do ISEB para sua formação, principalmente pelo viés de fortalecimento da burguesia nacional.

vinculada, no espectro político, à esquerda, ao passo que a segunda à direita e a terceira, uma espécie de terceira via, contemplaria aspectos tanto da centro-esquerda quanto da centro-direita. A “interpretação social-desenvolvimentista” teria predominado na década de 1980, sendo a própria Constituição de 1988 expressiva desta orientação. Já a “interpretação social-liberal” ganharia maior peso nos anos 1990.

Cabe lembrar, como forma de precaução analítica e interpretativa, que esta atribuição de pertencimento dos autores listados no esquema de Bresser-Pereira deve ser sempre ponderada, já que nem sempre a obra por eles produzida é estável ao longo do tempo, e nem sempre suas especificidades se encaixam de modo simples nesta tipologia de seis ou nove matrizes interpretativas do Brasil. Há autores que poderiam figurar em mais de uma “interpretação” – aliás, como próprio Bresser-Pereira reconhece. Não obstante as limitações de suas formulações, a proposta de Bresser-Pereira é reveladora de certo momento “reflexivo” que passou a acompanhar a teorização do desenvolvimento, como se a análise deste complexo fenômeno conduzisse também a uma inquirição dos modos pelos quais a sociedade brasileira é pensada por seus intelectuais.

O tema do desenvolvimento e a centralidade do político

Como sugere Fernando Henrique Cardoso, este alargamento de visão propiciado pelo debate a respeito do desenvolvimento não é fortuito. Poucos temas são capazes de levar a este momento “reflexivo”, no qual os intelectuais não apenas refletem sobre os objetos de suas pesquisas mas se debruçam igualmente sobre o sentido e a motivação de suas atividades como um todo. Para Cardoso (1995), isto ocorre porque o desenvolvimento seria o mais político dos temas econômicos. Tal como propõe em sua análise das situações e formas de dependência, o próprio conceito de desenvolvimento se encontra sujeito à constante redefinição segundo os autores e as diferentes abordagens empregadas. O tempo histórico também seria um fator decisivo nesta redefinição do conceito: conforme se alteram as condições materiais ou de existência dos Estados nacionais – em suas relações comerciais, em suas relações de classe e na estrutura social como um todo –, o desenvolvimento enquanto conceito explicativo ou compreensivo também se modifica. Dito de outro modo, o desenvolvimento é repensado – seja como categoria analítica ou ideal normativo – constantemente ao longo do processo histórico.

Durante a década de 1960, a fim de exemplificar este ponto, o desenvolvimento se inseria como fator explicativo em pelo menos duas grandes vertentes teórico-metodológicas, ainda que ambas apresentem certa unidade na caracterização do progresso material. A primeira identificava o desenvolvimento com o crescimento econômico, visto como o centro do processo social – e as melhorias das condições de vida e dos padrões sociais seriam o resultado natural desse processo. A segunda, caracterizada em geral como “dependentista”, ainda que contemple inúmeros autores e vertentes – às vezes antagônicas entre si –, apresentava um debate mais complexo ao entender que a participação no jogo político teria capacidade de interferir tanto na organização do crescimento econômico como também na redefinição da estrutura social, embora com efeitos distintos de acordo com a posição de classe dos atores sociais envolvidos. Foi sobretudo nesta segunda abordagem que a dimensão “reflexiva” da discussão sobre o desenvolvimento emergiu, posto que a análise da economia teve que ultrapassar a si mesma a fim de incorporar dimensões históricas, sociais, políticas e culturais.

Outra característica vinculada e articulada pela chamada “teoria da dependência” é o debate crítico acerca da inserção internacional dos países em situação concreta de dependência. Deste debate, três aspectos se destacam como relevantes para a inteligibilidade do conceito de desenvolvimento, principalmente no espaço social latino-americano: (a) a ideia de certo progresso material (econômico e social); (b) as condições específicas de dependência (as assimetrias de poder no sistema internacional, com seus rebatimentos no plano interno) e (c) o papel do Estado como condutor (ou inibidor) tanto dos progressos materiais como sociais através da mediação do conflito e do consenso no plano endógeno e exógeno. Vale ressaltar que a atuação do Estado, neste registro teórico, não se confunde com as condições de funcionamento do regime democrático – afinal, formas autoritárias de desenvolvimento são bastante comuns. O que importa assinalar é que, a despeito do tipo de regime político existente, a análise do Estado é decisiva para a reflexão do desenvolvimento, já que ele não poderia ser considerado simples epifenômeno das forças sociais em disputa.

Assim, a dimensão da política e, conseqüentemente, a questão do Estado, na reflexão sobre o desenvolvimento no Brasil, afigura-se como central. Isto se dá tanto pela importância do Estado na configuração do capitalismo brasileiro, quanto pela peculiar relação entre Estado e sociedade no Brasil (SALLUM, 2011). Mesmo com a redefinição de seu papel nas últimas décadas, no bojo da chamada crise do Estado

desenvolvimentista, e com o surgimento de novas questões e problemas – como a questão ambiental, por exemplo –, não há como minimizar a centralidade da política e de suas instituições no enfrentamento dos desafios contemporâneos. Com isto, pode-se abrir um espaço para novas reflexões e interpretações sobre a sociedade brasileira.

Passada aproximadamente uma década de reformas sob orientação do chamado Consenso de Washington, nos anos de 1990, a percepção de que o esperado crescimento econômico teria ocorrido – antes, a instabilidade financeira e as desigualdades sociais na América Latina se ampliaram – ensejou o surgimento de novas opções políticas. A ascensão de governos de centro-esquerda em vários países – Brasil, Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador, Nicarágua e Paraguai – terminou por recolocar no debate, de diferentes modos, uma série estratégias desenvolvimentistas, vistas como capazes de propiciar a retomada do crescimento econômico e uma maior inclusão social. Não se trata, é claro, de um retorno mecânico ou mesmo analítico ao desenvolvimentismo das décadas anteriores (1930-70), mas uma espécie de “novo desenvolvimentismo”, como foi chamado num primeiro momento, com novos desafios intelectuais e políticos a resolver. Dentre eles, o próprio papel renovado do Estado na indução do crescimento.

Este “novo desenvolvimentismo” significaria a contraposição às propostas e pressões das nações ricas por políticas econômicas orientadas para o mercado, de corte liberalizante ou mesmo neoliberal. Na prática, tratar-se-ia de romper com a prática identificada por Chang (2002) como “chutar a escada” – a imposição de práticas econômicas inviabilizadoras do crescimento econômico dos países em desenvolvimento. No fundo, pode-se dizer que o “novo desenvolvimentismo” se posicionaria entre o “velho” desenvolvimentismo e as práticas ortodoxas convencionais. Um dos aspectos mais marcantes deste processo seria a vinculação das estratégias para o desenvolvimento à ampliação do mercado consumidor interno por diferentes mecanismos, como a política de salário mínimo, o acesso ao crédito e a redistribuição de renda via políticas sociais, entre outros.

Em suma, o “novo desenvolvimentismo” articula uma reflexão sobre o crescimento econômico que não permite dissociá-lo de outras dimensões mais gerais da sociedade brasileira, como a sua estrutura de classes, sua trajetória histórica e o lugar do Estado na configuração do capitalismo. Neste sentido, este reengajamento intelectual e político em torno do tema do desenvolvimento propicia inclusive a possibilidade de

uma apreensão mais integrada da dinâmica social como um todo⁷. Não é por acaso que, nos últimos anos, a área de pesquisa da “sociologia do desenvolvimento” vem se fortalecendo, analisando criticamente os impasses e dilemas dos últimos anos. Se a “sociologia do desenvolvimento” nos anos 1950-70 configurou-se como uma sociologia *crítica* do desenvolvimentismo, a agenda contemporânea da “sociologia do desenvolvimento” reside justamente na avaliação dos alcances e limites da transformação social proposta pelo “novo desenvolvimentismo”.

Como já havia sugerido Octavio Ianni (2002), ao problematizar os tipos e mitos do pensamento brasileiro, o tema do desenvolvimento não diz respeito apenas à prática de condução do Estado, mas repercute fortemente na forma pela qual se pensa o país. Poucas questões tem o mesmo potencial heurístico de articular o passado, o presente e o futuro num mesmo movimento de análise. Além disso, quando a discussão se adensa em termos sociológicos e políticos, o tema do desenvolvimento permite igualmente articular as dimensões econômicas ao movimento mais amplo da sociedade, forçando a análise para a apreensão da “totalidade”. Esta visada ampliada sobre o país, como se salientou mais acima, aproxima o tema do desenvolvimento do conjunto das interpretações do Brasil. Afinal, a reflexão sobre o desenvolvimento não pode deixar de responder a questões como: como se formou o país? o que tem sido a sociedade brasileira? o que ela poderá ser? Essas perguntas, sempre dialeticamente contidas nas variadas interpretações do país, inauguram uma agenda de pesquisa que envolve conexão do tema do desenvolvimento ao repertório das interpretações do Brasil. Ou, noutras palavras, um diálogo necessário entre os campos da “sociologia do desenvolvimento” e do “pensamento social”.

Repertório intelectual e desafios contemporâneos: uma agenda de pesquisa

Nos últimos anos, a área de “pensamento social” tem feito do debate dos anos 1950-70 um de seus objetos preferenciais de análise. O livro *O moderno em questão: a*

⁷ Apenas para dar um exemplo, as abordagens que enfatizam as variedades e/ou diversidades de capitalismo contemporâneo visam a introduzir novas perspectivas de análise, segundo Boschi (2011). Neste registro, as ideais, os interesses e as instituições, com suas temporalidades próprias, relacionam-se de maneira diferenciada e complexa. As relações entre as instituições políticas, de um lado, e as diferentes formas pelas quais as empresas se articulam para enfrentar a competição econômica – seja no espaço local, regional, nacional ou mesmo internacional –, não podem ser vistas de modo abstrato, mas entrelaçadas às variedades concretas assumidas pelo capitalismo. Cabe lembrar que as formas de territorialização e as inovações também são centrais neste processo.

década de 1950 no Brasil (2008), organizado por André Botelho, Elide Rugai Bastos e Glaucia Villas Bôas, reúne uma parte significativa dos trabalhos dedicados aos intelectuais e às produções culturais daquele momento. Esta iniciativa editorial de reunir em livro parte da produção em “pensamento social” sobre a década de 1950 talvez expresse mais que uma simples casualidade, isto é, uma curiosa recorrência do interesse sobre os temas e problemas daquela geração – interesse que vem se avolumando desde então. Que aqueles temas e autores tenham tamanha ressonância *hoje* certamente revela algo que está para além das escolhas idiossincráticas de pesquisadores em relação aos seus objetos empíricos. Trata-se de um bom indicativo de que, em alguma medida, a agenda contemporânea repõe certas formas de imaginar e conceituar a realidade brasileira gestadas naquela constelação histórica. Ou, em outros termos, que a necessidade de se pensar o Brasil hoje ativa, de algum modo, o repertório intelectual gerado nas décadas de 1950-70. Repertório que, em que pese sua variedade e complexidade internas, foi altamente marcado pela questão mais ampla do desenvolvimento, discutida em praticamente todos os campos da produção cultural daquele período. Certamente, a retomada do “desenvolvimentismo” nos anos 2000 como projeto político e intelectual tem parte fundamental nisto⁸.

Como visto até aqui, a discussão a respeito do desenvolvimento envolveu, em seus momentos mais agudos, certa dimensão “reflexiva” – isto é, os próprios autores tiveram que situar seus esforços interpretativos no interior de um conjunto mais amplo de interpretações do Brasil, como exemplificado no caso de Bresser-Pereira. Ora, a presença de um conjunto expressivo de pesquisas em “pensamento social” sobre os anos 1950-70 e, mais especificamente, sobre o debate a respeito do desenvolvimento daquele período, poderá contribuir – assim esperamos – para adensar ainda mais este momento “reflexivo”.

O escrutínio do repertório de conceitos, noções, ferramentas metodológicas forjado entre 1950 e 1970, bem como a análise deste contexto intelectual e de suas práticas de tradução de teorias “importadas” para as especificidades do caso brasileiro –

⁸ Não por acaso, o último texto de *O moderno em questão* é “Democratização e desenvolvimento: um programa de pesquisa”, de Gildo Marçal Brandão, em que o autor propõe uma agenda de investigação interdisciplinar “para um novo período da vida política brasileira”, que permitisse retomar em outras bases “as questões centrais da sociedade brasileira, que, *mutatis mutandis*, continuam a ser concentradas nas – complexas e desiguais relações entre democratização e desenvolvimento” (p. 389). Ainda neste texto, Brandão assinala que, “nas ciências sociais, tal empreitada só pode se dar a partir de um mínimo denominador metodológico: seja qual for a disciplina de origem do pesquisador, trata-se de *situar* o objeto posto para investigação em suas relações com as outras esferas e com os problemas da sociedade global” (p. 390).

para citar algumas das contribuições das investigações em “pensamento social” –, podem servir num triplo registro para o debate contemporâneo do tema do desenvolvimento. De um lado, para clarificar e qualificar a apropriação, realizada hoje, de autores, temas e problemas do debate desenvolvimentista dos anos 1950-70. De outro lado, para abrir novas questões, novas interpretações ou mesmo novos desafios para o debate atual *vis-à-vis* os problemas levantados pelas gerações anteriores – aliás, de modo algum esgotados, seja em termos teóricos ou políticos. E, por fim, à luz dos desafios do presente, para reabrir as interpretações dos textos dos autores dos anos 1950-70 em novas e inesperadas direções. Trata-se, em suma, de propor uma agenda de pesquisas que coloque como central a comunicação entre passado e presente das ciências sociais no Brasil, tendo como eixo a questão do desenvolvimento. Com isto, será possível identificar certas linhas de acumulação intelectual a respeito deste tema no Brasil e, quem sabe, abrir um espaço mais autônomo e criativo de reflexão teórica⁹.

Neste sentido, é possível propor uma espécie de *comunicação reflexiva* entre a discussão sobre o desenvolvimento nos anos 1950-70 e os debates contemporâneos, introduzindo uma dupla visada comparativa. Se for plausível traçar alguns fios que liguem as pesquisas sobre o desenvolvimento do período anterior com as investigações especializadas do presente, poderemos ter um padrão de comparabilidade que servirá para destacar justamente as continuidades e as discontinuidades – e, eventualmente, uma avaliação sobre os ganhos e as perdas – envolvidas nesta passagem de um contexto a outro. Com este procedimento, algumas formas pretéritas de equacionamento de questões teóricas e empíricas que continuam a nos interpelar – como, por exemplo, os construtos “autocracia burguesa”, de Florestan Fernandes, ou “marginalidade estrutural”, de Luiz Costa Pinto (BRASIL JR., 2013) – podem contribuir para colocar em perspectiva alguns problemas da reflexão sociológica nos dias de hoje. Do mesmo modo, as transformações sociais nas últimas décadas, assim como os avanços teóricos e metodológicos do debate nacional e internacional, também ajudam a iluminar os limites da discussão anterior, colocando em evidência certos pressupostos até então pouco visíveis. É precisamente a compreensão de que o repertório intelectual até aqui acumulado deve ser tensionado permanentemente pela experiência social em suas

⁹ Citamos alguns Trabalhos de Cepeda “Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento” 2006, “Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo - um balanço histórico” 2012 e “O Brasil em movimento. Cadernos do Desenvolvimento” 2013 como esforço analítico de cruzamento de áreas.

mutações históricas, quer dizer, pelos novos problemas postos pela cena contemporânea, que anima esta proposta de uma *comunicação reflexiva*.

Sugere-se aqui, portanto, a pertinência de uma via de mão-dupla que permita, ao mesmo tempo, ligar e criticar mutuamente os pressupostos cognitivos em cada período, de modo a conferir uma maior reflexividade a nossas práticas de pesquisa. Alguns exemplos podem ajudar a tornar mais concreta esta ideia de uma comunicação reflexiva. Nos dois períodos – o dos anos 1950-70 e o atual –, as propostas mais consistentes de investigação do desenvolvimento tinham (ou têm) em mente uma articulação sistemática entre as dimensões local e global. No entanto, a maneira pela qual isso se faz mudou bastante de lá para cá. No âmbito da chamada “escola paulista de sociologia” da antiga FFCL-USP, o cerne da questão se revestia em interligar a comunidade pesquisada com os movimentos mais amplos da sociedade inclusiva, numa preocupação em se apanhar a “totalidade” do processo social (usando-se os termos de então) – dito de outro modo, a relação entre o local e o global. À época, tal posição tinha como vezo polêmico os chamados “estudos de comunidade”, um tipo de pesquisa que, ao modo funcionalista, queria restringir a apreensão da dinâmica social ao interior do grupo pesquisado, com fins de conseguir um conhecimento preciso e exaustivo¹⁰.

Se tomamos o estudo de Luiz Pereira sobre o operário industrial, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, de 1965, realizado sob os auspícios do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (centro ligado à Cadeira de Sociologia I da USP, cujo regente era Florestan Fernandes), vemos como ele realiza um esforço, bastante “heterodoxo” neste momento, de conectar a análise da qualificação do operariado pela indústria em São Paulo (em agências como o SENAI, por exemplo) às tensões mais amplas imprimidas pela constituição de um capitalismo periférico. Primariamente concebido para ser um estudo capaz de ser aproveitado pela indústria paulista¹¹, Luiz Pereira terminou por empreender uma análise crítica dos próprios pressupostos sociológicos envolvidos na “qualificação”. Para ele, longe de ser uma mera técnica destinada ao aumento da produtividade ou à modernização das condutas, as tentativas de qualificação da mão-de-obra expressariam o processo mesmo de constituição da “subpersonalidade-status” do trabalhador no capitalismo, isto é, colocariam a “alienação” do trabalhador industrial num nível superior, adequando-se antes à defesa do *status quo* que a

¹⁰ Para uma análise crítica dos chamados “estudos de comunidade”, cf. Ianni (1971).

¹¹ Uma vez que estava inserido no projeto mais amplo redigido por Florestan Fernandes e Fernando H. Cardoso, “Economia e sociedade no Brasil” (1962), que, por sua vez, estava associado ao “Plano de Ação” do governador Carvalho Pinto (Romão, 2006).

transformações significativas. Como afirma Luiz Pereira: “numa abordagem totalizadora, [...] a constituição da força de trabalho ou qualificação do trabalho determina-se como qualificação ou constituição do trabalhador. Tomando-se o *homem concreto*, a alienação (e reificação) do trabalho, do trabalhador, do homem é que está na base da qualificação do trabalho na formação econômico-social capitalista” (PEREIRA, 1965, p. 51). Em suma, o esforço de “totalização” de Luiz Pereira envolvia conectar, segundo o seu vocabulário um tanto carregado, um dado local, a atuação do SENAI, com a promoção da “tendência à eunomia em estágio superior do sistema global de produção de bens e serviços” (Idem, 1965, p. 291).

Esta e muitas outras análises do período buscaram demonstrar, às vezes de maneira quase obsessiva, que as especificidades do processo de desenvolvimento no Brasil se encontravam direta ou indiretamente articuladas às tensões e contradições mais amplas do capitalismo mundial, não sendo, pois, meras “idiosincrasias” ou singularidades nacionais. Este esforço se ilumina, no entanto, se nos lembramos que vigiam com força, anos 1950-70, as teses de que o Brasil experimentara um passado feudal e que, portanto, teria se conformado uma dualidade entre estruturas pré-capitalistas tradicionais e outras modernas que inviabilizaria a conformação de uma dinâmica tipicamente capitalista no país¹². Não havia consenso, pois, sobre a própria “modernidade” da experiência brasileira. O que autores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando H. Cardoso, Luiz Pereira, Fernando Novais etc. tentaram demonstrar foi que o andamento do capitalismo no Brasil possuía um travejamento *diverso* mas não *alheio* ao movimento mais geral do capitalismo, e que, neste sentido, a “modernidade” que nos coube experimentar não necessariamente promoveria uma maior democratização das relações sociais ou expurgaria os elementos arcaicos (podendo antes reforçá-los) (BASTOS, 2002).

A força intelectual da ideia de que o Brasil ainda não seria plenamente capitalista ou “moderno” foi tão grande que, ainda em 2000, em seu *A nova sociedade brasileira*, Bernardo Sorj precisou dizer que o “Brasil é uma sociedade capitalista” e que “o capitalismo é parte da sociedade brasileira” (SORJ, 2000, p. 19).

Contudo, o atual processo acelerado de integração econômica do Brasil aos fluxos globais de mercadorias do capitalismo internacionalizado tem resultado num efeito quase oposto, a saber: a evidência cotidiana de que a sociedade brasileira se

¹² Um exemplo característico desta visão dualista se encontra no influente livro de J. Lambert, *Os dois Brasis* (1976).

encontra estreitamente entrelaçada ao movimento geral do capitalismo global tem gerado um procedimento analítico diverso que busca indagar até que ponto as regiões ou os territórios produtivos locais conseguem minimamente fazer frente às estratégias de acumulação das grandes empresas no sentido de “endogenizar” ou “imbricar” o desenvolvimento na estrutura destas regiões. Se, antes, os laços do local com o global pareciam tênues e longínquos, agora a sua visibilidade é tamanha que o desafio passou a ser justamente mostrar que o local importa tanto quanto o global. Nas palavras provocativas de Roberto Schwarz, o esforço de “totalização”, que no debate dos anos 1950-70 era visto como uma “preferência intelectual”, agora “é um processo em curso na prática” (SCHWARZ, 1998, p. 19).

Isto posto, o desafio intelectual e político contemporâneo é muito menos indagar se a experiência social brasileira é ou não plenamente capitalista – o que polarizou a inteligência brasileira do período anterior – e muito mais indicar como algumas experiências locais ou regionais conseguiram combinar (ou não) a reestruturação produtiva global atualmente em curso com as demandas de democratização da sociedade e das práticas políticas. Aliás, uma clara “vantagem” cognitiva do atual debate sobre o desenvolvimento no Brasil é que, em maior ou menor grau, a questão da democracia e da participação cidadã nos processos decisórios assume uma centralidade analítica que nunca ocupou no debate anterior, que – com os sentidos políticos os mais diversos possíveis – assinalou a “funcionalidade” do fechamento político para a expansão do capitalismo numa economia periférica¹³.

Entendido da maneira destacada mais acima, isto é, numa visada que ultrapassa a tradicional “história das ideias”, o acionamento do repertório intelectual do debate dos anos 1950-1970 sobre o desenvolvimento tem o potencial de abrir, “em meio ao labirinto da especialização acadêmica contemporânea, um espaço social de comunicação entre *passado, presente e futuro*” (BOTELHO, 2007b, p. 18), capaz de nos propiciar uma visão mais integrada e consistente da experiência sócio-histórica brasileira. Não se trata, é claro, de uma proposta de agenda de pesquisa que implique uma “fusão” entre as áreas da “sociologia do desenvolvimento” e do “pensamento

¹³ Na instigante referência de Gildo Marçal Brandão (2005, p. 167) a este problema nas formulações de Florestan Fernandes na virada dos anos 1960 à década seguinte: “O fato de Florestan ter apertado demasiado os fios que atam capitalismo periférico à autocracia burguesa – de tal forma que se viu em dificuldades para explicar o retorno à democracia e, mais genericamente, pressentiu e subestimou a possibilidade de reativação da ‘revolução dentro da ordem’ induzida por uma democratização em que o componente ‘de baixo para cima’ não foi apenas figurante, como em 1945 –, não elimina que é sob tal enquadramento histórico e analítico que temos de pensar e atuar”.

social”. A complexidade implicada no avanço das especializações disciplinares arquivaria qualquer tentativa nesta direção. O esforço aqui é para tornar os resultados de um campo *comunicáveis* para os interesses teóricos, metodológicos e empíricos do outro, que os assumiria de acordo com sua perspectiva própria. Que esta agenda de comunicação entre diferentes especializações nas ciências sociais contemporâneas possa emergir entre estas duas áreas de pesquisa talvez não seja casual. Ambas, a “sociologia do desenvolvimento” e o “pensamento social”, têm exigido de seus praticantes, de diferentes maneiras, um diálogo interdisciplinar que seja capaz de apreender este objeto prismático por excelência que é a sociedade brasileira¹⁴.

Referências bibliográficas

AMSDEN, A.H. A ascensão do resto. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Trade in manufactures between developing countries. *Economic Journal* 86,1976.

ARBIX, G. *Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento*. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 14 (1): 1-17, maio de 2002.

ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, R.J., Editora Vozes, 1997.

_____. O longo século XX. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ARRUDA, M. A. N. “A Sociologia Acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista”. In: Miceli, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Vértice, 1995, v. 2.

BASTOS, E. R. “Pensamento social da escola sociológica paulista”. In: Miceli, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Ed. Sumaré / Anpocs, 2002, vol. IV.

_____. “O CPDOC e o pensamento social brasileiro”. In: *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

¹⁴ No caso, da “sociologia do desenvolvimento”, como visto até aqui, a conexão com o debate da economia é constitutivo da conformação da área. Já no caso do “pensamento social”, a natureza de seu material – as “interpretações do Brasil” – já de saída exige uma visada mais ampla e interdisciplinar dos processos sociais. Como não são “autoevidentes as fronteiras entre o pensamento social e outras áreas de pesquisa, ou mesmo outros campos do conhecimento nas ciências humanas”, esta ausência de demarcações rígidas, em vez de ser necessariamente uma limitação, pode mesmo “constituir [uma] vantagem em meio ao labirinto da especialização acadêmica contemporânea” (SCHWARZ & BOTELHO, 2011, p. 11). Nas últimas décadas, o desenvolvimento da área de “pensamento social” tem implicado diferentes conexões: interdisciplinares das ciências sociais com a história, a literatura, a filosofia e outras disciplinas; estudos comparativos com outras experiências sociais, como as da América Latina, além de estudos de recepção e tradução cultural; e também com a sociedade em geral, uma vez que, para dar um único exemplo, as interpretações de que a sociedade brasileira tem sido objeto também podem ser vistas como um patrimônio cultural.

_____.& BOTELHO, A. “Pensamento social brasileiro”. In: MARTINS, C. B.; SOUZA, H. H. T. (Org.) Horizontes das ciências sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

_____. *Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-1997*. Série Reformas Econômicas n°. 44 (Cepal), novembro de 1999, (site: www.eclac.cl/).

_____. Cinquenta anos de pensamento na Cepal (vol 1 e vol 2). Rio de Janeiro, 2000.

BORON, A.A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

BOSCHI, R.R. Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

BOTELHO, A. “Sequências de uma sociologia política brasileira”. Dados (Rio de Janeiro), v. 50, pp. 48-82, 2007a.

_____.; “Intérpretes do Brasil, nossos antepassados?”. In: RICUPERO, B. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2007b.

_____.; BASTOS, E.; VILLAS BÔAS, G. (Orgs.). O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L. M. (Org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

_____. Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. BOTELHO, A. De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOYER, R. Une théorie du capitalisme est-elle possible? Paris: Odile Jacob, 2004.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRASIL JR., A. “A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). Trabalho, Educação e Saúde, Vol. 11, n° 1, Rio de Janeiro Jan./Abr., 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. Dados, 2004, vol. 47, n°. 1.

_____. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: Toledo, C. N. (Org.). Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB. São Paulo: Ed. Revan, 2005.

_____. Seis Interpretações sobre o Brasil. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 5 (3), 1982.

- _____. Interpretações sobre o Brasil. *Política e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- CARDOSO, F.H. E FALETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 7º ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. RJ, 1970.
- CARDOSO, F.H. Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- _____. As idéias e seu lugar. Rio de Janeiro, Vozes, 1993.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) *Globalización y desarrollo*. Edición de Mayo de 2002, Santiago de Chile, 2002.
- CEPEDA, V. A. O Brasil em movimento. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 7, p. 221-225, 2013.
- _____. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo - um balanço histórico. *Estudos Avançados (USP. Impreso)*, v. 26, p. 77-90, 2012.
- _____. Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento. *Revista Versões*, v. 1, p. 49-68, 2006.
- CHESNAIS, F. (coord.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.
- DINIZ, E. *Crise, reforma do estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DOGAN, M. *How to compare nations: strategies in comparative politics*. Chatham, New Jersey, 1990.
- DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- EDWARDS, S. *Crisis and reform in latin America: from despair to hope*. World Bank Oxford University Press, 1995.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006 [1975].
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FISHLOW, A. *Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FURTADO, C. *Brasil a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- HABERMAS, J. *Teoria de La accion comunicativa*. Frankfurt. Taurus, 1981.
- HARRISON, L.E. *Underdevelopment is a State of mind*. University Press of America, 1985.
- _____. *The Pan.American Dream*. Nova York: Basic, 1997.
- HERMET, G. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- HUNTINGTON, S. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Nova York, 1996.
- _____. e HARRISON, L.E. *Culture matters: how values shape human progress*. Nova York, 2000.

IANNI, O. Sociologia da sociologia latino-americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1986.

JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. “Para uma política nacional de desenvolvimento”. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5. Rio de Janeiro: IBESP, 1956a.

_____. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Coleção Fórum Roberto Simonsen, 1956b.

_____. *Condições institucionais ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

KLISKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LAHUERTA, M. *Intelectual e transição: entre a política e a profissão*. Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo, FFLCH / USP: 1999.

LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1976, 9º ed. (publicado originalmente em 1959).

Lima, M.C. (ORG.) *Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MADDISON, A. *The political economy of poverty, equity, and growth*. World Bank Oxford University Press, 1992.

MAGALHÃES, J.P.A. *Crescimento clássico e crescimento retardatário: uma necessária (e urgente) estratégia de longo prazo para políticas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MARTINS, C.E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINUSSEN, J. *Society, State and Market: a guide to competing theories of development*. HRSC/RGN Pretoria, 1997.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção Os Pensadores).

MICELI, S. “Intelectuais brasileiros”. In: _____. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2ª ed. São Paulo/Brasília (DF): Anpocs/Sumaré/Capes, 1999.

_____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil: volume 2*. São Paulo: Sumaré, 1995.

_____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil: volume 1*. 2ª ed. São Paulo: Sumaré, 2002.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Rio de Janeiro. Vozes, 1988.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, L. L. “Interpretações sobre o Brasil”. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2ª ed. São Paulo/Brasília (DF): Anpocs/Sumaré/Capes, 1999.

- PEREIRA, L. Trabalho e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difel, 1965.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Camus, 1980.
- PORTER, M.E. The competitive advantage of nations. Nova York, 1990.
- RICUPERO, B. Sete lições sobre interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.
- RODRÍGUEZ, O. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RODRIK, D. The new global economy and developing countries: making openness work. Washington: Overseas Development Council, 1999a.
- _____. Institutions for high-quality growth: what they are and how to acquire them. 1999b.
- ROMÃO, W. M. Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit. São Paulo: Humanitas, 2006.
- ROSANVALLON, P. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC; 2002.
- ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SACHS, I. “Estratégias de transição para o século XXI” in: Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável – Bursztyn, M.(org.). São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SALLUM JR. B. “Estado e sociedade: uma relação problemática”. In: BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L. M. (Org.). Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. BOTELHO, A. De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- _____. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento. Tempo Social: revista de Sociologia da USP. V11, n.2, 1999.
- _____. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 52/junho, 2003.
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHWARCZ, L. & BOTELHO, A. “Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma”. Lua Nova, nº 82, São Paulo, 2011.
- SCHWARZ, R. “Do lado da viravolta”. In: HADDAD, F. Desorganizando o consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SMITH, W. AND GÓMEZ-MERA, L. Market, State and society in contemporary Latin America. University of Miami, 2010.
- SOLA, L. Ideais econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo : EDUSP ; FAPESP, 1998
- SORJ, B. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- STIGLITZ, J. *Globalization and its discontents*. New York, 2002.
- _____. *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.
- SWEDBERG, R. *Principles economic sociology*. Princeton and Oxford, 2003.
- TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1983.
- VELASCO E CRUZ, S.C. *Ideias do poder: dependência e globalização em FHC*. *Estudos Avançados*, v.13, n 37, 1999.
- _____. *Alguns argumentos sobre reformas para o mercado*. *Revista Lua Nova*, nº 45, 1998.
- VIANA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- VIANNA, L. W. *Esquerda brasileira e tradição republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.